

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE MERCEDES  
– PR**

**Pregão Eletrônico nº 30/2026**

**Processo Licitatório nº 60/2026**

**UASG: 985531 – MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR**

**Lei nº 14.133/2021**

**RECORRENTE**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 55.356.846/0001-50, com Endereço na rua Pastor Ernesto Gerstberger, nº 180, na cidade de Nova Santa Rosa, Estado de Paraná, que neste ato regularmente representado por seu Sócio Proprietário, Srº Egon Miguel Schulz, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão que declarou vencedor o licitante do Item 13, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos pelas razões que passa a expor.

**Recorrido:** Julgamento da proposta do item 13.

**Licitante favorecido:** WALTER NETO CHAMBO PR – CNPJ: 04.492.654/0001-30

### **I – SÍNTESE DOS FATOS**

O presente procedimento licitatório tem por objeto a aquisição de equipamentos de tecnologia, dentre os quais o Item 13, cujas especificações técnicas encontram-se detalhadamente previstas no Termo de Referência.

No curso da fase de julgamento das propostas, foi classificada a proposta do Licitante favorecido. Entretanto, a análise da documentação técnica apresentada evidencia que o produto ofertado não atende integralmente às exigências editalícias, especialmente no que se refere à composição obrigatória do objeto, notadamente quanto aos itens que devem acompanhar o equipamento.

A decisão recorrida, portanto, merece reforma, por afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

## **II – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS ITENS OBRIGATÓRIOS E DA INCOMPLETUDE MATERIAL DA PROPOSTA**

O Termo de Referência estabelece, de forma expressa e inequívoca, que o fornecimento do equipamento deve incluir, obrigatoriamente, capinha, película, cabo de dados e fonte de carregamento de 45W, os quais integram o objeto da contratação.

Tais elementos não possuem natureza acessória facultativa, mas constituem parte indissociável do objeto licitado, sendo indispensáveis para o pleno atendimento da necessidade administrativa.

Contudo, ao se examinar a ficha técnica apresentada pelo Licitante favorecido, verifica-se a ausência de comprovação objetiva de que tais itens acompanham o produto ofertado, inexistindo qualquer indicação inequívoca nesse sentido.

A omissão em questão não pode ser interpretada como falha meramente formal, passível de saneamento, mas sim como vício material da proposta, na medida em que implica oferta incompleta do objeto.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que a proposta deve demonstrar, de forma clara e objetiva, o atendimento integral às exigências do edital, não sendo admissível a aceitação de propostas que dependam de presunções ou complementações posteriores.

Nesse sentido, destaca-se o entendimento consolidado no Acórdão 1.793/2011 – Plenário, no qual o TCU assentou que:

*“A proposta deve conter todos os elementos necessários à sua análise, não sendo possível admitir complementações posteriores que alterem substancialmente seu conteúdo.”*

No mesmo sentido, o Acórdão 2.622/2013 – Plenário estabelece que:

*“Deve a Administração desclassificar propostas que não atendam às exigências do edital, sendo vedada a aceitação de propostas incompletas ou que não comprovem o atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos.”*

Assim, a ausência de comprovação dos itens obrigatórios implica violação direta ao dever de apresentação de proposta completa e aderente ao edital.

### **III – DA VEDAÇÃO À COMPLEMENTAÇÃO POSTERIOR E DA NECESSIDADE DE JULGAMENTO OBJETIVO**

A eventual aceitação da proposta com a justificativa de que os itens poderiam ser fornecidos posteriormente configuraria indevida flexibilização do edital, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que não se admite a complementação posterior de informações ou documentos que deveriam constar da proposta originalmente apresentada, sobretudo quando tal complementação impacta diretamente o conteúdo material da proposta.

Nesse sentido, o Acórdão 1.214/2013 – Plenário dispõe que:

*“É irregular a aceitação de proposta que não atenda às exigências do edital, ainda que sob o argumento de posterior regularização, por violação ao princípio do julgamento objetivo.”*

Entretanto, o art. 59 da Lei nº 14.133/2021 é claro ao determinar que devem ser desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do edital, não sendo conferida à Administração margem para relativização de requisitos técnicos ou materiais.

A aceitação de proposta incompleta compromete a comparabilidade entre os licitantes, viola a isonomia e fragiliza a lisura do certame, uma vez que permite tratamento diferenciado a determinado concorrente.

### **IV – DA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEI Nº 14.133/2021**

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, estabelece como princípios basilares das licitações públicas a isonomia, a competitividade, a legalidade e o julgamento objetivo.

No presente caso, a decisão recorrida afronta tais princípios ao admitir proposta que não comprova o atendimento integral ao objeto licitado, afastando-se dos critérios objetivos previamente estabelecidos no edital.

O art. 11 reforça que o julgamento deve se dar com base em critérios objetivos e previamente definidos, enquanto o art. 59 impõe a desclassificação de propostas em desacordo com as exigências editalícias.

A manutenção da decisão recorrida implicaria, portanto, violação direta ao regime jurídico das contratações públicas.

## **V – DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer:

- a) O conhecimento e provimento do presente recurso administrativo, para que seja reformada a decisão recorrida, com a consequente desclassificação da proposta do Licitante favorecido para o Item 13, em razão da ausência de comprovação dos itens obrigatórios que compõem o objeto, em desacordo com o Termo de Referência e a legislação vigente;
- b) O regular prosseguimento do certame, com a reanálise das propostas remanescentes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos, pede deferimento.

Nova Santa Rosa – PR, 16 de abril de 2026.

---

55.356.846 EGON MIGUEL SCHULZ  
55.356.846/0001-50